



If you are a researcher planning your next move in Europe look here for career opportunities in Portugal and to find relevant information and assistance



Home page

For Organisations

Universidade de Lisboa - Instituto Superior de Agronomia (ISA)
Last access on: 20-01-2021 17:45:00

► [View all research opportunities](#)

► [Post research opportunities](#)

Overview

1. Job/Fellowship Description
2. Organization contact data
3. Required education Level
4. Required languages
5. Required research experience

[Job/Fellowship Status](#)

[Information for FCT](#)

► [Find the ideal candidate](#)

► [Edit organisation data](#)

► [Log out](#)

Post Research Opportunities

Unique identifier: f9e2649f-781c-4abe-b234-04ec3929d6fa

Português

1. Descrição do cargo/posição/bolsa 1. Job description

Cargo/posição/bolsa:

Aviso de Abertura do Concurso para Atribuição de Bolsas de Investigação para Doutoramento Call3

Referência: Concurso Bolsa de Doutoramento /Call3

Área científica genérica: Not available

Área científica específica:

Resumo do anúncio:

Aviso de Abertura do Concurso para Atribuição de Bolsas de Investigação para Doutoramento Call3

O Centro de Estudos Florestais (CEF) do Instituto Superior de Agronomia (ISA) abre concurso para atribuição de 5 (cinco) bolsas de investigação, adiante designadas por Bolsas de Investigação para Doutoramento, nas áreas de Ciências Biológicas, Ciências do Ambiente e da Terra, Engenharia Florestal, Engenharia Agronómica e Engenharia do Ambiente, ao abrigo do Regulamento de Bolsas de Investigação da FCT (RBI) e do Estatuto do Bolseiro de Investigação (EBI).

As bolsas serão financiadas pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT) ao abrigo do Protocolo de Colaboração para Financiamento do Plano Plurianual de Bolsas de Investigação para Estudantes de Doutoramento, celebrado entre a FCT e a Unidade de I&D Centro de Estudos Florestais, Ref^a. FCT 00239.

Texto do anúncio

Aviso de Abertura do Concurso para Atribuição de Bolsas de Investigação para Doutoramento Call3

O Centro de Estudos Florestais (CEF) do Instituto Superior de Agronomia (ISA) abre concurso para atribuição de 5 (cinco) bolsas de

investigação, adiante designadas por Bolsas de Investigação para Doutoramento, nas áreas de Ciências Biológicas, Ciências do Ambiente e da Terra, Engenharia Florestal, Engenharia Agronómica e Engenharia do Ambiente, ao abrigo do Regulamento de Bolsas de Investigação da FCT (RBI) e do Estatuto do Bolseiro de Investigação (EBI).

As bolsas serão financiadas pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT) ao abrigo do Protocolo de Colaboração para Financiamento do Plano Plurianual de Bolsas de Investigação para Estudantes de Doutoramento, celebrado entre a FCT e a Unidade de I&D Centro de Estudos Florestais, Ref^a. FCT 00239.

1. APRESENTAÇÃO DE CANDIDATURA

O concurso está aberto entre 22 de janeiro e 26 de fevereiro de 2021.

As candidaturas e os documentos de suporte à candidatura previstos no presente Aviso de Abertura de Concurso devem ser submetidos, obrigatoriamente, por correio eletrónico enviado para cef@isa.ulisboa.pt com o Assunto Concurso Bolsa de Doutoramento /Call3.

Cada candidato poderá submeter apenas uma candidatura, sob pena de cancelamento de todas as candidaturas submetidas.

A prestação de falsas declarações ou a realização de atos de plágio por parte dos candidatos é motivo para cancelamento da candidatura sem prejuízo da adoção de outras medidas de natureza sancionatória.

2. TIPO E DURAÇÃO DAS BOLSAS

As bolsas de investigação para doutoramento destinam-se a financiar a realização, pelo bolseiro, de atividades de investigação conducentes à obtenção do grau académico de doutor em universidades portuguesas.

As atividades de investigação conducentes à obtenção do grau académico de doutor decorrerão no Centro de Estudos Florestais, o qual será a instituição de acolhimento dos bolseiros, sem prejuízo dos trabalhos poderem ser realizados em colaboração entre mais do que uma instituição.

As atividades de investigação conducentes à obtenção do grau académico de doutor dos bolseiros selecionados devem estar enquadradas no plano de atividades e estratégia do Centro de Estudos Florestais, e devem ser desenvolvidas no âmbito de Programas de Doutoramento acreditados em que o CEF tem um forte envolvimento.

O plano de trabalhos poderá decorrer integralmente ou de forma parcial numa instituição nacional (bolsa no país ou bolsa mista, respetivamente).

A duração das bolsas é, em regra, anual, renovável até ao máximo de quatro anos (48 meses), não podendo ser concedida bolsa por um período inferior a 3 meses consecutivos.

No caso de bolsa mista, o período do plano de trabalhos que decorra numa instituição estrangeira não pode ser superior a 24 meses. Só poderão usufruir de bolsas com a tipologia mista candidatos munidos de documento que comprove a residência permanente e habitual em Portugal, válido à data de início da bolsa:

- i) Candidatos com nacionalidade portuguesa - atestado de residência emitido pela junta de freguesia do local onde o candidato reside;
- ii) Candidatos com nacionais de país da união Europeia, excluindo Portugal - certificado de registo de cidadão da EU, emitido pela câmara municipal do município onde o candidato reside;
- iii) Candidatos oriundos de estados terceiros - título de residência permanente, emitido pelo Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF).

3. DESTINATÁRIOS DAS BOLSAS

As Bolsas de Investigação para Doutoramento destinam-se a candidatos inscritos ou a candidatos que satisfaçam as condições necessárias para se inscreverem em Programa de Doutoramento acreditado em que o Centro de Estudos Florestais tem forte envolvimento e que pretendam desenvolver atividades de investigação conducentes à obtenção do grau académico de doutor no Centro de Estudos Florestais, ou em instituições de acolhimento a ele associadas.

4. ADMISSIBILIDADE

4.1 Requisitos de Admissibilidade do Candidato

Podem candidatar-se ao presente concurso:

- Cidadãos nacionais ou cidadãos de outros Estados membros da União Europeia;
- Cidadãos de Estados terceiros;
- Apátridas;
- Cidadãos beneficiários do estatuto de refugiado político.

Para concorrer a Bolsa de Investigação para Doutoramento é necessário:

- Ser licenciado ou mestre nas áreas de Ciências Biológicas, Ciências do Ambiente e da Terra, Matemática, Engenharia Agronómica, Engenharia Florestal e Engenharia do Ambiente, Química, Bioquímica ou áreas afins;
- Residir em Portugal de forma permanente e habitual, caso o plano de trabalhos associado à bolsa decorra, parcialmente, em instituições estrangeiras (bolsas mistas), requisito aplicável tanto a cidadãos nacionais como a cidadãos estrangeiros.
- Não ter beneficiado de uma bolsa de doutoramento ou de doutoramento em empresas diretamente financiada pela FCT, independentemente da sua duração.

4.2 Requisitos de Admissibilidade da Candidatura

É indispensável, sob pena de não admissão ao Concurso, anexar à candidatura os seguintes documentos:

- Elementos do bilhete de identidade/cartão de cidadão/passaporte;
- *Curriculum vitae* do candidato;
- Currículo estruturado de acordo com ficheiros EXCEL disponíveis através do link https://www.isa.ulisboa.pt/files/site/pub/CEF-Structured_CV_Form.xlsx
- Certificados de habilitação dos graus académicos detidos, especificando obrigatoriamente a classificação final e, se possível, as classificações obtidas em todas as disciplinas realizadas;
- Registo de reconhecimento dos graus académicos atribuídos por instituições de ensino superior estrangeiras e registo da conversão da respetiva classificação final para a escala de classificação portuguesa;
- Carta de motivação com indicação da bolsa a que se candidata;
- Cartas de recomendação (duas), com contactos de quem recomenda;
- Declaração de aceitação de entrevista de forma remota caso passe à segunda fase do processo de avaliação (ver 6. Critérios de avaliação).

A candidatura e todos os documentos a ela associados, incluindo as cartas de motivação e recomendação, devem ser redigidos em língua portuguesa ou inglesa. Relativamente aos requisitos de admissibilidade acima mencionados faz-se notar o seguinte:

- No caso de graus académicos atribuídos por instituições de ensino superior estrangeiras, e por forma a garantir a aplicação do princípio da igualdade de tratamento a candidatos que detêm graus académicos estrangeiros e nacionais, é obrigatório o reconhecimento desses graus e a conversão da respetiva classificação final para a escala de classificação portuguesa.
O reconhecimento de graus académicos e diplomas estrangeiros bem como a conversão da classificação final para a escala de classificação portuguesa pode ser requerido em qualquer instituição de ensino superior pública, ou na Direção-Geral do Ensino Superior (DGES, apenas para o caso do reconhecimento automático). Relativamente a esta matéria, sugere-se a consulta do portal da DGES através do seguinte endereço: <http://www.dges.gov.pt>.
- Só serão admitidos candidatos que tenham concluído o ciclo de estudos conducente ao grau de licenciado ou mestre até ao final do prazo de candidatura.

5. PLANOS DE TRABALHO

Os planos de trabalho das bolsas são enquadrados pelo plano de atividades e estratégia da Unidade de I&D. Em consequência, articulam-se entre si num projeto doutoral e transversal ao CEF e que tem por objetivo desenvolver um modelo ecológico-económico para gestão de paisagens florestais em Portugal. Especificamente os planos são os seguintes:

Bolsa 1: O plano de trabalho terá como objetivo principal contribuir para o desenvolvimento de um modelo ecológico-económico para a gestão de paisagens florestais. Incluirá a investigação de instrumentos para modelar a dinâmica da vegetação e para estimar valores de serviços de ecossistema (e.g., madeira, carbono, biodiversidade, erosão, proteção contra incêndios e pragas e doenças). A ênfase é colocada no desenvolvimento destes instrumentos, na sua integração em simuladores que projetem os valores dos serviços de ecossistema em cenários alternativos de gestão da paisagem florestal e de procura de serviços de ecossistema.

Bolsa 2: O plano de trabalho terá como objetivo principal o desenvolvimento de métodos e de sistemas de apoio à decisão em planeamento da gestão de ecossistemas florestais e em análise de cenários. Especificamente o plano envolverá a) a investigação de estruturas lógicas para sistemas de informação a várias escalas espaciais, b) a integração de informação e de modelos/simuladores resultantes da investigação desenvolvida no CEF por forma a definir espaços de decisão multiobjectivo a várias escalas espaciais e temporais, c) a investigação de métodos de análise de *tradeoffs* entre serviços de ecossistema e de procura de soluções para problemas de planeamento multiobjectivo da gestão da floresta e dos recursos naturais, d) a investigação de modelos que integrem funções de oferta e de procura de serviços de ecossistema.

Bolsa 3: O plano de trabalho terá como objetivo principal o desenvolvimento de trabalhos de investigação em Biomassa e Produtos Florestais, numa perspetiva de economia circular, por forma a valorizar materiais lenhosos de desperdício e aumentar o seu valor, contribuindo para um uso mais sustentável dos resíduos, tendo por base os conceitos da biorrefinaria e da bioeconomia. O foco da investigação será o desenvolvimento de processos de fracionamento seletivos da biomassa, nomeadamente toíças e restos de material de processamento tecnológico, fazer uma caracterização físico-química e anatómica e procurar novos produtos de base biológica (biobased products) com maior valor acrescentado. O objetivo específico será analisar diferentes frações de estratos de diferentes resíduos florestais, isolar a lenhina e efetuar uma caracterização por Espectroscopia Vibracional, Py-GC/MS, 2D-NMR, GPC, DFRC, SEM e outras.

Bolsa 4: O plano de trabalho terá como objetivo principal o desenvolvimento de trabalhos de investigação em Biomassa e Produtos Florestais por forma a aumentar o seu valor, contribuindo para um uso mais sustentável dos materiais lenhocelulósicos tendo por base os conceitos da biorrefinaria e da bioeconomia. O foco da investigação será o desenvolvimento de processos de fracionamento seletivos da biomassa, fazer uma caracterização anatómica, física e química e procurar novos produtos de base biológica (*biobased products*) com maior valor acrescentado. Objetivos específicos de trabalho: desenvolver processos de fracionamento seletivos da biomassa, caracterizar quimicamente as diferentes frações por GC/MS, 2D-NMR, TGA/DTG, HPLC, e espectroscopia vibracional. Tendo por base os resultados serão estudadas algumas aplicações tecnológicas.

Bolsa 5: O plano de trabalho terá como objetivo estudar o efeito da diversificação dos ecossistemas florestais e agrícolas na abundância e biodiversidade de comunidades de artrópodes associados a serviços de regulação, como o controlo biológico de pragas e a polinização. Nos ecossistemas florestais serão considerados modos de gestão que afetem a biodiversidade, como seja a composição dos povoamentos e do sub-coberto. Nos ecossistemas agrícolas analisar-se-á o papel de diferentes tipologias e configurações de infra-estruturas ecológicas (e.g., composição florística, complexidade). Em ambos os sistemas serão analisados os efeitos na conservação das populações de predadores e polinizadores. Pretende-se contribuir para o desenvolvimento de modelos de decisão que auxiliem na gestão da biodiversidade funcional em ecossistemas agrários.

6. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

A avaliação tem em conta o mérito do candidato.

As candidaturas consideradas admissíveis serão pontuadas numa escala de 1 a 5 em cada um dos seguintes critérios de avaliação:

- Critério A - Qualificações académicas, com o peso de 30%;
- Critério B – Experiência de investigação (e.g. publicações, projetos de investigação) e/ou carreira profissional (e.g. trabalho em instituições públicas ou privadas ou em ONGs com relevância para o plano de trabalho), com o peso de 30%;
- Critério C – Carta de motivação para desenvolvimento do plano de trabalho, com o peso de 20%;
- Critério D - Adequação do perfil do candidato para o desenvolvimento do plano de trabalho, com o peso de 20%;

A média ponderada destes critérios, C1, será utilizada para ordenar os candidatos a cada plano de trabalho e para selecionar um máximo de 3 candidatos a cada plano a passar à segunda fase do processo de avaliação que envolverá uma entrevista que será pontuada numa escala de 1 a 5 (C2).

A classificação final dos candidatos a cada plano de trabalho combina as pontuações nas duas fases de avaliação de acordo com os pesos seguintes: C1: 70%, C2: 30%.

Para efeitos da decisão sobre a concessão de bolsas relativas a cada plano de trabalho, os respetivos candidatos serão ordenados de acordo com a média ponderada da classificação obtida nas duas fases de avaliação, traduzida pela seguinte fórmula:

$$\text{Classificação Final} = (0,7 \times C1) + (0,3 \times C2)$$

Para efeitos de desempate, a ordenação dos candidatos será efetuada com base nas classificações atribuídas a cada um dos critérios de avaliação pela seguinte ordem de precedência: critério C1, critério C2.

Aviso importante para candidatos com diplomas emitidos por instituições de ensino superior estrangeiras:

- Os candidatos com diplomas emitidos por instituições de ensino superior estrangeiras podem candidatar-se e serão avaliados com os mesmos critérios que os candidatos com diplomas emitidos por instituições portuguesas, desde que apresentem, em candidatura, prova do reconhecimento dos graus académicos e da conversão da classificação final para a escala de classificação portuguesa nos termos da legislação aplicável.

Não são elegíveis para concessão de bolsa os candidatos cuja candidatura seja avaliada com uma classificação final inferior a 3 pontos.

7. AVALIAÇÃO

O painel de avaliação dos candidatos é constituído pelos seguintes nove elementos, membros do Centro de Estudos Florestais:

José Guilherme Martins Dias Calvão Borges, coordenador do painel

Ana Paula Soares Marques de Carvalho

Jorge Manuel Barros d' Almeida Gominho

José Miguel Oliveira Cardoso Pereira

Manuela Rodrigues Branco Simões

Maria da Conceição Brálio de Brito Caldeira

Maria Margarida Branco Brito Tavares Tomé

Maria Teresa Marques Ferreira

Ofélia Maria Serralho dos Anjos

O painel de avaliação apreciará as candidaturas de acordo com os critérios de avaliação constantes do presente Aviso de Abertura de Concurso, ponderando os elementos de apreciação.

Todos os membros de painel, incluindo o coordenador, estabelecem o compromisso de respeitar um conjunto de responsabilidades essenciais ao processo de avaliação, tais como os deveres da

imparcialidade, da declaração de quaisquer potenciais situações de conflito de interesses e da confidencialidade. Em todos os momentos do processo de avaliação, a confidencialidade é totalmente protegida e assegurada de modo a garantir a independência de todos os pareceres produzidos.

Cada candidatura será avaliada por um subconjunto de elementos do painel de avaliação. Os membros de painel, incluindo o coordenador, não podem ser orientadores ou coorientadores de candidatos com candidaturas submetidas ao concurso dos quais participaram na sua avaliação.

Para cada candidatura será produzida, pelo painel, uma ficha de avaliação final onde de forma clara, coerente e consistente sejam apresentados os argumentos que conduziram às classificações atribuídas a cada um dos critérios de avaliação.

Das reuniões do painel de avaliação será produzida ata da responsabilidade de todos os seus membros.

A ata e os seus anexos devem incluir, obrigatoriamente, a seguinte informação:

- Nome e afiliação de todos os membros do painel de avaliação;
- Identificação de todas as candidaturas excluídas e respetiva fundamentação, caso aplicável;
- Metodologia adotada pelo painel para casos considerados particulares caso aplicável;
- Fichas de Avaliação Final de cada candidato;
- Lista provisória de classificação e seriação dos candidatos, por ordem decrescente da classificação final, de todas as candidaturas avaliadas pelo painel;
- Declarações de conflito de interesses de todos os membros do painel;
- Eventuais delegações de voto e competências por motivo de ausência justificada caso aplicável.

8. DIVULGAÇÃO DE RESULTADOS

Os resultados da avaliação são comunicados via e-mail para o endereço de correio eletrónico utilizado pelo candidato para remessa da candidatura/indicado na candidatura.

9. PRAZOS E PROCEDIMENTOS DE AUDIÊNCIA PRÉVIA, RECLAMAÇÃO E RECURSO

Após comunicação da lista provisória dos resultados da avaliação, os candidatos dispõem de um período de 10 dias úteis para, querendo, se pronunciarem em sede de audiência prévia de interessados, nos termos dos artigos 121º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo.

A decisão final será proferida após a análise das pronúncias apresentadas em sede de audiência prévia de interessados. Da decisão final pode ser interposta reclamação no prazo de 15 dias úteis, ou, em alternativa, interposto recurso no prazo de 30 dias úteis, ambos contados a partir da respetiva notificação. Os candidatos que optarem por submeter reclamação devem dirigir a sua pronúncia ao membro do Conselho Diretivo da FCT com competência delegada. Os candidatos que optarem por apresentar recurso devem dirigir o mesmo ao Conselho Diretivo da FCT.

10. REQUISITOS DE CONCESSÃO DE BOLSA

Os contratos de bolsa de investigação são celebrados diretamente com a FCT.

Os seguintes documentos terão de ser obrigatoriamente remetidos, aquando da eventual concessão da bolsa, para efeitos da sua contratualização:

- a) Cópia do(s) documento(s) de identificação civil, fiscal e, quando aplicável, de segurança social^[1];
- b) Cópia dos certificados de habilitações dos graus académicos detidos;
- c) Apresentação do registo de reconhecimento dos graus académicos estrangeiros e conversão das respetivas classificações finais para a escala de classificação portuguesa, caso aplicável;
- d) Documento comprovativo de matrícula e inscrição em Programas de Doutoramento em que o Centro de Estudos Florestais tenha forte envolvimento;
- e) Declaração do(s) orientador(es) assumindo a responsabilidade pela supervisão do plano de trabalhos, nos termos do artigo 5º-A do Estatuto do Bolseiro de Investigação (minuta da declaração a disponibilizar pela FCT);
- f) Documento comprovativo de aceitação do candidato por parte da instituição onde decorrerão as atividades de investigação, garantindo as condições necessárias ao seu bom desenvolvimento, bem como o cumprimento dos deveres previstos no artigo 13º do Estatuto do Bolseiro de Investigação (minuta da declaração a disponibilizar pela FCT);
- g) Documento atualizado comprovativo do cumprimento do regime de dedicação exclusiva (minuta da declaração a disponibilizar pela FCT).

A concessão da bolsa encontra-se ainda dependente:

- do cumprimento dos requisitos previstos no presente Aviso de Abertura;
- do resultado da avaliação científica;
- da inexistência de incumprimento injustificado dos deveres do bolseiro no âmbito de anterior contrato de bolsa financiada, direta

ou indiretamente, pela FCT;

- da disponibilidade orçamental da FCT.

A falta de entrega de algum dos documentos necessários para completar o processo de contratualização da bolsa, no prazo de 6 meses a partir da data de comunicação da decisão de concessão condicional da bolsa, implica a caducidade da referida concessão e o encerramento do processo.

11. FINANCIAMENTO

O pagamento das bolsas terá início após a devolução, pelos candidatos, do contrato de bolsa devidamente assinado, o que deverá ocorrer no prazo máximo de 15 dias úteis contados a partir da data do seu recebimento.

As bolsas atribuídas no âmbito do presente concurso serão financiadas pela FCT com verbas do Orçamento de Estado e, quando elegíveis, com verbas do Fundo Social Europeu, a disponibilizar ao abrigo do PORTUGAL2020, através, nomeadamente, do Programa Operacional Regional do Norte (NORTE 2020), Programa Operacional

Regional do Centro (Centro 2020) e do Programa Operacional Regional do Alentejo (Alentejo 2020), de acordo com as disposições regulamentares fixadas para o efeito.

12. COMPONENTES DA BOLSA

Aos bolseiros é atribuído um subsídio mensal de manutenção nos termos da tabela constante do Anexo I do RBI.

A bolsa pode ainda incluir outras componentes, nos termos que constam do artigo 18º do RBI e pelos valores previstos no seu Anexo II.

Todos os bolseiros beneficiam de um seguro de acidentes pessoais relativamente às atividades de investigação, suportado pela FCT.

Todos os bolseiros que não se encontrem abrangidos por qualquer regime de proteção social podem assegurar o exercício do direito à segurança social mediante adesão ao regime do seguro social voluntário, nos termos do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social, assegurando a FCT os encargos resultantes das contribuições nos termos e com os limites previstos no artigo 10º do EBI.

13. PAGAMENTOS DAS COMPONENTES DA BOLSA

Os pagamentos devidos ao bolseiro são efetuados através de transferência bancária para a conta por este identificada. O pagamento do subsídio mensal de manutenção é efetuado no primeiro dia útil de cada mês.

Os pagamentos das componentes de inscrições, matrículas ou

propinas são efetuados pela FCT diretamente à instituição nacional onde o bolsheiro esteja inscrito ou matriculado no doutoramento.

14. TERMOS E CONDIÇÕES DE RENOVAÇÃO DA BOLSA

A renovação da bolsa depende sempre de pedido apresentado pelo bolsheiro, nos 60 dias úteis anteriores à data de início da renovação, acompanhado dos seguintes documentos:

- a) pareceres emitidos pelo/s orientador/es e pela/s entidade/s de acolhimento sobre o acompanhamento dos trabalhos do bolsheiro e a avaliação das suas atividades;
- b) documento atualizado comprovativo do cumprimento do regime de dedicação exclusiva;
- c) documento comprovativo de renovação da inscrição no ciclo de estudos conducente ao grau de doutor.

15. INFORMAÇÃO E PUBLICIDADE DO FINANCIAMENTO CONCEDIDO

Em todas as atividades de I&D direta ou indiretamente financiadas pela bolsa, nomeadamente, em todas as comunicações, publicações e criações científicas, bem como teses, realizadas com os apoios previstos na bolsa,

deve ser expressa a menção de apoio financeiro da FCT e do Fundo Social Europeu, através, nomeadamente, do Programa Operacional Regional do Norte (NORTE 2020), Programa Operacional Regional do Centro (Centro 2020) e do Programa Operacional Regional do Alentejo (Alentejo 2020). Para este efeito devem ser inscritos nos documentos referentes a estas ações as insígnias da FCT, do MCTES, do FSE e da UE, conforme as normas gráficas de cada programa operacional.

A divulgação de resultados da investigação financiada ao abrigo do RBI deve obedecer às normas de acesso aberto de dados, publicações e outros resultados da investigação em vigor na FCT.

Em todas as bolsas, e em particular no caso de ações apoiadas por financiamento comunitário, designadamente do FSE, poderão ser realizadas ações de acompanhamento e controlo por parte de organismos nacionais e comunitários conforme legislação aplicável nesta matéria, existindo por parte dos bolsheiros apoiados a obrigatoriedade de colaboração e de prestação da informação solicitada, a qual abrange a realização de inquéritos e estudos de avaliação nesta área, ainda que a bolsa já tenha cessado.

16. POLÍTICA DE NÃO DISCRIMINAÇÃO E DE IGUALDADE DE ACESSO

A FCT promove uma política de não discriminação e de igualdade de acesso, pelo que nenhum candidato pode ser privilegiado, beneficiado, prejudicado ou privado de qualquer direito ou isento de qualquer dever

em razão, nomeadamente, de ascendência, idade, sexo, orientação sexual, estado civil, situação familiar, situação económica, instrução, origem ou condição social, património genético, capacidade de trabalho reduzida, deficiência, doença crónica, nacionalidade, origem étnica ou raça, território de origem, língua, religião, convicções políticas ou ideológicas e filiação sindical.

17. LEGISLAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO APLICÁVEL

O Concurso rege-se pelo presente Aviso de Abertura, pelo Regulamento de Bolsas de Investigação da FCT, aprovado pelo Regulamento n.º 950/2019, publicado na II Série do DR de 16 de dezembro de 2019, pelo Estatuto do Bolseiro de Investigação aprovado pela Lei n.º 40/2004, de 18 de agosto, na redação em vigor, e pela demais legislação nacional e comunitária aplicável.

[1] A disponibilização destes documentos pode ser substituída, por opção do candidato, pela apresentação presencial na entidade financiadora, a qual guardará os elementos constantes dos mesmos que sejam pertinentes para a validade e execução do contrato, incluindo os números de identificação civil, fiscal e de segurança social, bem como a validade dos respetivos documentos.

Número de vagas: 5

Tipo de contrato: Outro

País: Portugal

Localidade: Lisboa

Instituição de acolhimento: Centro de Estudos Florestais - Instituto Superior de Agronomia (Universidade de Lisboa)

Data limite de candidatura: 26 February 2021
(A data limite de candidatura deve ser confirmada no texto do anúncio)

[↑ Top of page](#)

2. Dados de contactos da organização 2. Organization contact data

Instituição de contacto: Universidade de Lisboa - Instituto Superior de Agronomia (ISA)

Endereço:
Tapada da Ajuda
Lisboa - 1349 – 017 LISBOA
Portugal

Email: cef@isa.ulisboa.pt

Website: <http://www.isa.ulisboa.pt>

[↑ Top of page](#)

3. Habilitações académicas 3. Required education Level

Vazio

[↑ Top of page](#)

4. Línguas exigidas
4. Required languages

Vazio

[↑ Top of page](#)

5. Experiência exigida em investigação
5. Required research experience

Vazio

[↑ Top of page](#)